



2023

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
ATO ELEITORAL.....	4
GERAL.....	6
1. SERVIÇOS PARTILHADOS.....	6
2. SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS.....	6
3. TESOURARIA.....	15
4. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.....	15
5. IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE RECEÇÃO.....	16
6. PREPARAÇÃO INDIVIDUAL DE MEDICAÇÃO.....	17
7. SERVIÇO EXTERNO DE COZINHA.....	17
PATRIMÔNIO.....	18
VALÊNCIAS.....	20
1. ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas).....	20
2. SAD (Serviço de Apoio Domiciliário).....	21
3. CD (Centro de Dia).....	23
4. CANTINA SOCIAL.....	25
CONCLUSÃO.....	26
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023.....	28

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS POR VÍNCULO CONTRATUAL A 31 DE DEZEMBRO.....	8
TABELA 2 - DIAS PERDIDOS POR MOTIVO.....	11

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS FUNCIONÁRIOS.....	9
FIGURA 2 - NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO POR VALÊNCIA.....	12
FIGURA 3 - PARTES DO CORPO AFETADAS NOS ACIDENTES DE TRABALHO.....	13
FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE CONSULTAS DE MEDICINA NO TRABALHO.....	14
FIGURA 5 - FREQUÊNCIA DE UTENTES EM ERPI.....	21
FIGURA 6 - FREQUÊNCIA DE UTENTES EM SAD.....	23
FIGURA 7 - FREQUÊNCIA MENSAL DE UTENTES EM CENTRO DE DIA.....	24
FIGURA 8 - NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS EM CANTINA SOCIAL E RESPECTIVOS VALORES COMPARTICIPADOS.....	25

INTRODUÇÃO

No cumprimento de um imperativo legal e de acordo com o n.º 2, alínea b) do Art.º 22 do **COMPROMISSO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOCHETE**, a Mesa Administrativa apresenta o Relatório de Atividades e as Contas, referente ao exercício de 2023, que foi por si, previamente, aprovado.

O ano de 2023 ficou assinalado pela guerra na Europa e no Médio Oriente, o que teve repercussões nos preços dos alimentos, mercadorias e energia, culminando numa inflação considerável que afetou as economias e as condições de vida dos cidadãos. Neste contexto, esforçámo-nos continuamente para encontrar soluções que ajudassem a mitigar os problemas decorrentes da nossa atividade.

Estamos plenamente conscientes das adversidades que têm moldado o panorama nas últimas décadas: a crise financeira, a pandemia e agora a guerra. Contudo, munidos do comprometimento de todos os elementos que integram a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, temos procurado incessantemente alcançar os objetivos delineados anualmente no Plano de Atividades e Orçamento.

É meu dever expressar profundo agradecimento pela prontidão de todos na execução desta nobre missão, dedicada ao serviço dos mais desfavorecidos.

Alcochete, 5 de março de 2024

A Provedora



Maria Manuela de Oliveira Delgado Boieiro

Muitas das iniciativas realizadas ao longo do ano de 2023 só poderão ser devidamente avaliadas no final de 2024, visto que foram recentemente implementadas. No entanto, destacam-se marcos significativos que merecem análise e avaliação neste Relatório de Atividades.

ATO ELEITORAL

O ano de 2023 foi caracterizado por ser um ano eleitoral, durante o qual foram eleitos novos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete (SCMA) para o quadriénio 2024-2027. O ato eleitoral ocorreu em 20 de dezembro de 2023, das 17.00h às 23.00h, no Salão Nobre da SCMA, onde foram submetidas a votação duas listas, apresentadas de acordo com os requisitos legais, designadas pelas letras A e B, respetivamente.

Após o encerramento da votação, confirmou-se que estavam recenseados 160 Irmãos, conforme o caderno eleitoral. Votaram 124 Irmãos, de acordo com o número de boletins depositados na urna, igualando o número de descargas e de presenças, incluindo 9 votos por procuração. Após a apuração, constatou-se a existência de 4 votos nulos, 2 votos em branco, 52 votos na lista A e 66 votos na lista B, sendo esta última a lista vencedora.

No entanto, em 4 de janeiro de 2024, a SCMA recebeu uma carta do Vigário Geral da Diocese de Setúbal, informando que o ato eleitoral para os Corpos Sociais da SCMA tinha sido impugnado por um Irmão pertencente à lista concorrente. Em virtude dessa impugnação, a homologação da eleição ficou suspensa até 30 de janeiro de 2024, data em que o Senhor Bispo de Setúbal, o Cardeal D. Américo Aguiar, homologou a eleição realizada em 20 de dezembro de 2023 e ordenou a Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da SCMA para o quadriénio de 2024 a 2027, os quais são apresentados a seguir:

ORGÃOS SOCIAIS QUADRIÊNIO 2024/2027

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Natacha Patrícia Bexiga Patinha

1º Secretário: Glória José Marques dos Santos

2º Secretário: Ana Margarida Brigue Glória Velhinho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Carlos Eugénio Cabral Roque

Vice-Presidente: Natália Maria Leitão Leocádio

Secretário: Linda Mira Vagarinho Barbosa

Suplente: José Luís dos Santos Alfélua

Suplente: Carlos Manuel Garret Leitão

Suplente: Domingos António Castanheta de Matos

MESA ADMINISTRATIVA

Provedora: Maria Manuela de Oliveira Delgado Boieiro

Vice-Provedor: António Paulo Correia da Silva

Tesoureiro: Renato Jorge Guerreiro Mestre Pina Amaral

Secretário: Cláudia Maria Pereira Rocha Sequeira

Vogal: José Manuel Cristina Guerreiro

Suplente: Flausina Maria Soares

Suplente: Rosa Maria Silva Carvalho Santos Almeida

Suplente: Maria Manuela Capela Cucharra

A Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da SCMA, para o quadriénio 2024-2027, teve lugar em 8 de fevereiro de 2024, no Salão Nobre, pelas 17h30.

GERAL

Ao longo do ano de 2023, devido à reforma por critérios etários, de uma colaboradora que desempenhava as funções de Secretário-Geral, a Mesa Administrativa deliberou a contratação de um Quadro Técnico. Este profissional assume a responsabilidade de Coordenação-Geral de todas as áreas da SCMA, numa decisão estratégica, visando garantir a continuidade e eficácia nas operações da Instituição.

Com a integração deste novo Quadro Técnico, surgiu a imperatividade de reorganizar a estrutura organizacional, envolvendo não apenas uma reformulação dos serviços existentes, mas também a criação de novos serviços/áreas de trabalho.

1. SERVIÇOS PARTILHADOS

Os Serviços Partilhados continuam a desempenhar um papel crucial na consolidação e capacitação institucional, contribuindo para uma resposta ágil em toda a nossa organização.

2. SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

Ao longo do ano de 2023, dedicamo-nos a uma ampla atualização do funcionamento do serviço, concentrando esforços em diversos domínios essenciais para otimizar a gestão de recursos humanos. Entre as principais medidas implementadas, destacam-se:

1. Desenvolvimento de Manuais de Recursos Humanos: - Foi elaborado um conjunto de manuais que compreende diretrizes e procedimentos claros, abordando diversos aspetos relacionados com a gestão de recursos

humanos, visando uma maior transparência e eficiência nos processos internos.

2. **Elaboração de Código de Ética e Conduta:** - Criámos um código ético que delinea princípios e valores orientadores, promovendo a integridade, responsabilidade e respeito no ambiente laboral, reforçando a identidade e cultura organizacional.

3. **Construção de um Manual de Acolhimento:** - Para melhor integrar novos colaboradores, desenvolvemos um manual abrangente que apresenta a Instituição, os procedimentos internos e fornece informações úteis para uma rápida adaptação ao ambiente de trabalho.

4. **Informação Relativa ao Direito de Parentalidade e aos Direitos e Deveres em Matéria de Igualdade e Não Discriminação:** - Proporcionámos aos colaboradores informações detalhadas sobre os seus direitos em relação à parentalidade, promovendo igualdade e combatendo a discriminação.

5. **Aplicação dos Questionários de Consulta aos Colaboradores:** - Implementámos questionários de consulta para recolher a opinião dos colaboradores, fomentando a participação ativa e possibilitando melhorias contínuas com base nas suas experiências e opiniões.

6. **Reorganização do Processo Individual do Colaborador:** - Promovemos uma reorganização eficiente dos processos individuais dos colaboradores, otimizando a gestão de informação e documentação relevante para cada um.

7. Elaboração de novos impressos para:

- a) Ficha de Dados
- b) Justificação de Faltas
- c) Comunicação e Alteração de Férias
- d) Modelo de Participação de Acidentes de Trabalho
- e) Marcação de Ponto
- f) Comunicação de Folga
- g) Troca de Turno
- h) Registo de Horas Extra
- i) Modelos de Contratos de Trabalho: - Criámos novos formulários e modelos para diversos processos administrativos, simplificando procedimentos e assegurando uma documentação uniforme e coerente.

Esta abordagem abrangente reflete o nosso compromisso em aprimorar continuamente as práticas internas, garantindo uma gestão eficaz e transparente dos recursos humanos, bem como promovendo um ambiente laboral justo, ético e respeitoso.

VÍNCULO CONTRATUAL	COM CONTRATO SEM TERMO		COM CONTRATO A TERMO		TOTAL DE PESSOAS AO SERVIÇO
	A TEMPO COMPLETO	A TEMPO PARCIAL	CERTO	INCERTO	
HOMENS	3	0	0	0	3
MULHERES	61	1	2	8	72
TOTAL	64	1	2	8	75

Tabela 1 - Distribuição de Funcionários por Vínculo Contratual a 31 de dezembro

Ao analisarmos a Tabela 1, percebemos a representação numérica do quadro de colaboradores da SCMA em 31 de dezembro de 2023, observando a sua distribuição consoante a natureza específica do contrato laboral estabelecido.

É relevante salientar que, para além dos 75 colaboradores do quadro, existem também 5 prestadores de serviços (uma Médica, três Enfermeiras e uma Contabilista).

O gráfico que se segue (Figura 1), reflete a distribuição etária dos funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete a 31 de dezembro de 2023.

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS FUNCIONÁRIOS

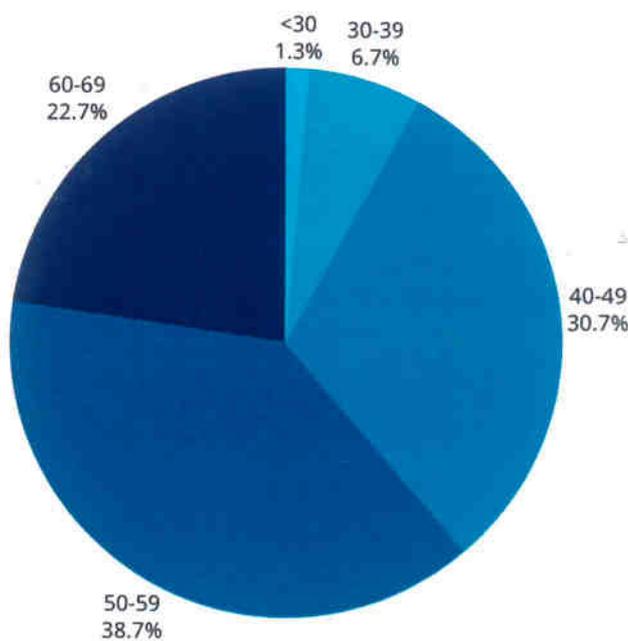


Figura 1 - Distribuição Etária dos Funcionários

Pela observação do gráfico (figura 1) é possível constatar uma distribuição etária com incidência nas faixas etárias mais avançadas, entre os funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete. Observa-se que a grande maioria se enquadra nas categorias dos 50 aos 69 anos, o que se traduz numa percentagem de 61,4% do total de colaboradores. A categoria dos 40 aos 49 anos também apresenta uma percentagem significativa, com 30.7%.

Esta distribuição etária leva-nos a refletir sobre alguns desafios que possamos vir a enfrentar, nomeadamente a necessidade de renovação do quadro de funcionários a médio e longo prazo e relativamente à importância de estratégias de saúde ocupacional adaptadas a um grupo mais suscetível a condições de trabalho mais exigentes fisicamente.

É essencial garantir que haja uma estratégia de sustentabilidade da força de trabalho, considerando a integração de colaboradores mais jovens que possam assegurar a continuidade dos cuidados e a transferência de conhecimento intergeracional.

É igualmente importante destacar que apenas 1.3% dos empregados têm menos de 30 anos, o que nos revela a dificuldade em atrair trabalhadores mais jovens para o setor de trabalho com o idoso.

A categoria dos 30 aos 39 anos, que representa 6.7%, sugere que não há uma grande inserção de indivíduos em início de carreira, o que pode ser um ponto a ter em conta para a gestão de recursos humanos da SCMA, visando a criação de um quadro de pessoal mais equilibrado etariamente.

DIAS PERDIDOS 2023	
GREVE	1
EXAMES	23
ASSISTÊNCIA FAMILIAR	29
LUTO	28
CONSULTA MÉDICA	35
FALTAS INJUSTIFICADAS	56
LICENÇA SEM VENCIMENTO	80
ACIDENTE DE TRABALHO	78
DOENÇA COM BAIXA	4049
DOENÇA SEM BAIXA	39

Tabela 2 - Dias Perdidos por Motivo

No que concerne aos dias de trabalho perdidos (Tabela 2), verifica-se que a maior parcela esteve relacionada com o motivo "Doença com Baixa", totalizando 4049 dias de ausência.

Esta distribuição evidencia que a principal causa de absentismo esteve associada a problemas de saúde que requerem licença médica, representando a maior fatia do total de dias perdidos.

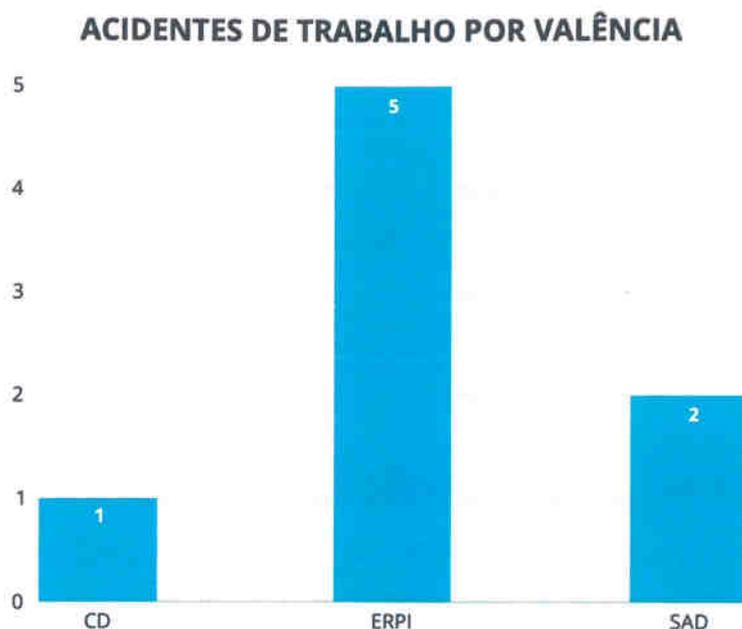


Figura 2 - Número de Acidentes de Trabalho por Valência

A valência de ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) foi a que apresentou a maior contribuição para o total de acidentes de trabalho, sendo simultaneamente o setor com o maior número de colaboradores (Figura 2).

Esta relação indica que, com mais trabalhadores na área de ERPI, existe uma maior probabilidade de ocorrerem acidentes de trabalho nesse setor. O número significativo de colaboradores pode estar associado a uma maior exposição aos riscos laborais específicos desse ambiente, resultando numa maior incidência de acidentes em comparação com outras áreas da SCMA.

Essa análise ressalta a importância de medidas preventivas e de segurança no trabalho, especialmente em setores com características específicas que podem influenciar a segurança dos colaboradores.

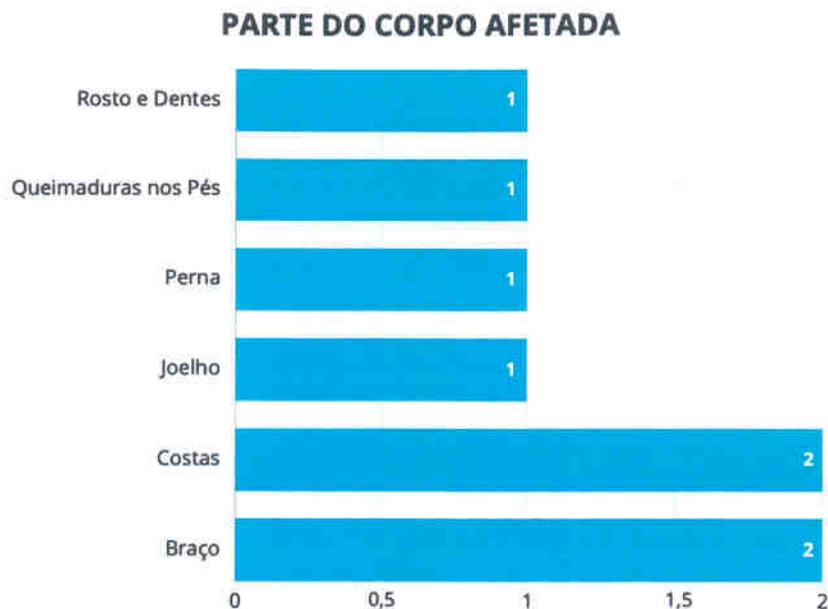


Figura 3 - Partes do Corpo Afetadas nos Acidentes de Trabalho

No contexto dos acidentes de trabalho, que predominantemente ocorreram, observa-se que as áreas do corpo mais frequentemente afetadas foram as costas e os braços (Figura 3). Esta tendência é principalmente atribuída à natureza específica das tarefas desempenhadas pelas Ajudantes de Lar e de Apoio Domiciliário, bem como ao esforço físico exigido por estas atividades.

O facto de as costas e os braços serem as zonas mais afetadas sugere que estas trabalhadoras estão sujeitas a atividades que envolvem levantamento, transporte e assistência a pessoas idosas, tarefas que muitas vezes requerem um esforço físico considerável. A carga repetitiva sobre estas áreas do corpo, associada às responsabilidades inerentes ao cuidado de idosos, contribui para uma maior incidência de acidentes nessas regiões.

Esta análise destaca a importância de implementar medidas ergonómicas, formação adequada e práticas de segurança específicas para minimizar o risco de acidentes e proteger a saúde dos colaboradores, especialmente nas atividades envolvem esforço físico significativo.



Figura 4 - Distribuição por Tipo de Consultas de Medicina do Trabalho

No ano de 2023, realizaram-se um total de 74 consultas de Medicina no Trabalho. Ao analisarmos o gráfico (figura 4), que representa a distribuição por tipo de consultas, podemos inferir o seguinte: - As consultas periódicas desempenharam um peso significativo na Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, sendo igualadas em número as consultas realizadas por motivo de admissão e aquelas decorrentes de regressos de baixas prolongadas (12%).

3. TESOURARIA

A área da Tesouraria visa a otimização dos recursos financeiros, abrangendo a globalidade da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete. Compete-lhe a gestão dos meios monetários, monitorização e controlo das contas bancárias e caixas.

No âmbito das informações recebidas no serviço, assume a responsabilidade pela elaboração do plano mensal de tesouraria, bem como pelo acompanhamento e apuramento dos desvios. A execução das tarefas relacionadas com pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços, pessoal e impostos concentra-se também nesta área.

O setor da Tesouraria também passou por algumas alterações, para se alinhar com a descrição anterior. A adequação das tarefas às respetivas áreas foi uma prioridade abrangente em todos os setores e valências desta Instituição. Essa adaptação visou assegurar uma maior eficiência e coerência nas atividades desempenhadas, garantindo uma integração mais eficaz com as características específicas de cada área.

4. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

No âmbito dos serviços administrativos, em geral, foi necessário proceder a ajustes e redistribuir algumas tarefas, de modo a alinhá-las melhor com as categorias profissionais dos colaboradores. Devido à desorganização identificada na aquisição de matérias-primas e outros produtos, considerou-se vantajoso implementar um Serviço de Gestão de Compras, pelo qual todas as aquisições realizadas pela SCMA passaram a ser encaminhadas. Este serviço não só possibilitou a padronização de procedimentos nas compras,

controlo de custos e gestão de armazéns, mas também permitirá a obtenção de um inventário no final de cada ano. Para concretizar este processo, inicialmente, elaborou-se um Manual de Gestão de Compras e, posteriormente, adquiriu-se um programa informático que veio facilitar a execução das tarefas associadas a este setor.

5. IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE RECEÇÃO

A implementação e operacionalização do Serviço de Receção representou uma realização concreta nos últimos tempos. Nos dias atuais, a presença de uma Receção em instalações como as da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete assume uma importância inegável.

A necessidade imperativa de possuir uma Receção resultou da relevância que este espaço desempenha na promoção de uma abordagem acolhedora e eficiente para todos os utentes da Instituição.

Além do que, esta funcionalidade proporcionou um ponto central onde clientes, familiares, fornecedores e outros intervenientes podem dirigir-se, recebendo assim a orientação adequada para os serviços ou responsáveis pertinentes.

Ademais, associado à implementação da Receção, destaca-se a importância de manter um serviço de atendimento telefónico eficaz e permanente. Este canal de comunicação telefónica desempenha um papel crucial na disponibilização de informações, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento adequado das chamadas para os setores e profissionais correspondentes na Instituição.

Em suma, a materialização do Serviço de Recepção não apenas atende às exigências práticas e operacionais do dia a dia na SCMA, mas também contribui positivamente para a construção de um ambiente acolhedor e funcional, reforçando a qualidade e eficiência no atendimento aos diversos intervenientes que buscam os serviços da Instituição.

6. PREPARAÇÃO INDIVIDUAL DE MEDICAÇÃO

Após uma análise pormenorizada por parte da Administração da SCMA, optou-se por aderir à Preparação Individual de Medicação, conduzida por uma Farmácia local que possui um sistema robotizado para este efeito. Esta decisão de gestão representou uma notável melhoria nas condições técnicas do trabalho de enfermagem, uma vez que permitiu a libertação do tempo anteriormente dedicado a esta tarefa. Tal proporcionou, de forma implícita, um aprimoramento nos cuidados prestados aos utentes, resultante da disponibilidade acrescida para essas tarefas.

7. SERVIÇO EXTERNO DE COZINHA

Face às constantes exigências da Entidade Reguladora do Setor Alimentar, a SCMA teve que avaliar a possibilidade de delegar o serviço de alimentação a uma empresa externa.

A empresa escolhida destacou-se pelo seu foco na segurança alimentar, qualidade, ambiente, segurança e higiene no trabalho, assegurando um controlo rigoroso sobre as matérias-primas e os processos envolvidos. As ementas e dietas são elaboradas, contando com a colaboração de um departamento de Nutrição e Dietética, assim como equipas altamente especializadas, com formação contínua e profundo conhecimento do setor.

Devido à impossibilidade da SCMA cumprir determinados requisitos, foi tomada a decisão de optar por este serviço externo. Neste processo, a empresa prestadora do serviço comprometeu-se a proporcionar Formação às funcionárias que transitaram da SCMA, garantindo que não perderam quaisquer benefícios já adquiridos.

Em suma, ambas as partes se responsabilizaram por estabelecer uma colaboração estreita, com o intuito de proporcionar uma experiência alimentar o mais agradável possível no quotidiano dos residentes.

PATRIMÓNIO

O legado patrimonial da SCMA engloba:

Património Rústico:

- Herdade da Bela Vista: Manteve-se o contrato de arrendamento com a empresa SOCIEDADE AGROPECUÁRIA DA LARANJA Lda.

Património Urbano:

- a) Marinha da Bela Vista e Marinha Nova da Bomba: Manteve-se os contratos de arrendamento com a empresa ALL-FISH Unipessoal Lda.

- b) Edifício "Antigo Hospital": Continuámos a aguardar a resolução do Tribunal referente ao processo do 2º contrato de arrendamento à empresa ALCOLAR.

- c) Edifício-Sede/Lar Barão de Samora Correia: Iniciou-se a análise e o estudo para a obra de substituição da cobertura/telhado, reforço da estrutura de

apoio, reaproveitamento parcial do sótão para Arquivo Documental e Histórico, armazenamento de bens não deterioráveis, etc.

Edifícios Habitacionais:

- Freguesias de Alcochete e Samora Correia/Benavente: Mantiveram-se os arrendamentos.
- Freguesia do Afonsoeiro/Montijo: Realizou-se a execução do despejo dos inquilinos e prosseguimos aguardando a venda dos imóveis.

Terrenos Urbanizáveis:

- a) Terreno nas traseiras do Lar: Foram consideradas as opções mais vantajosas para obter rendimento, incluindo negociação com a Câmara Municipal, face às restrições urbanísticas em Alcochete.
- b) Terreno na freguesia de S. Francisco/Alcochete: Persistiu-se na avaliação da viabilidade da edificação do Centro de Dia, em conformidade com o contrato firmado entre a SCMA e a Câmara Municipal de Alcochete.

Igreja da Misericórdia/Museu de Arte Sacra:

Assegurou-se o cumprimento do Protocolo estabelecido entre a Santa Casa da Misericórdia de Alcochete e o Município de Alcochete/Câmara Municipal.

Capela N^a S^a da Vida:

No âmbito da reabilitação do património, o ano de 2023 ficou marcado pela conclusão das obras na Capela da Nossa Senhora da Vida, com a reabertura ao público em 9 de dezembro de 2023.

No que diz respeito ao Lar Barão de Samora Correia, foram realizadas intervenções no sentido de aprimorar as condições de bem-estar dos idosos, com destaque para as obras efetuadas num dos quartos do rés-do-chão.

VALÊNCIAS

1. ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas)

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) constitui uma resposta social concebida em regime de alojamento coletivo, podendo assumir carácter temporário ou permanente. Destina-se ao cuidado e bem-estar de indivíduos com 65 anos ou mais, que necessitam de assistência e apoio especializado. Este ambiente proporciona um espaço seguro, confortável e acolhedor, visando proporcionar aos residentes uma qualidade de vida ajustada às suas necessidades individuais.

O Acordo de Cooperação celebrado com o Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal contempla um total de 85 idosos, abrangendo ambos os sexos. Na ERPI, é proporcionada uma atenção personalizada aos residentes, englobando cuidados médicos, assistência de enfermagem, alimentação adequada e atividades recreativas.

A equipa multidisciplinar é composta por profissionais qualificados, como Médica (duas vezes por semana), Assistente Social, Enfermeira, Terapeuta Ocupacional, entre outros. Estes profissionais estão disponíveis para assegurar um acompanhamento integral e contínuo dos residentes.

A figura 5, exibe a ocupação mensal dos utentes na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). Conforme se depreende pelas frequências mensais, destaca-se que apenas nos meses de março, abril, outubro e novembro conseguimos alcançar a ocupação máxima estipulada no acordo de cooperação.

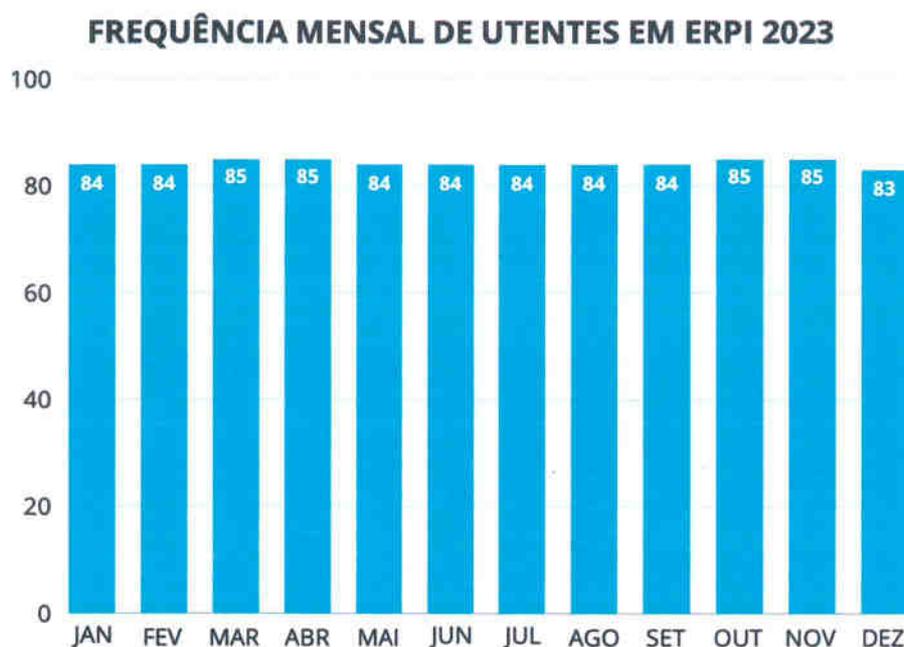


Figura 5 - Frequência de Utentes em ERPI

2. SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados diretamente no domicílio, dirigidos a pessoas e famílias que temporariamente ou permanentemente não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas e/ou atividade diárias. A SCMA tem protocolo para 40 utentes neste serviço, que opera todos os dias do ano, 7 dias por semana disponibilizando os seguintes serviços:

- Cuidados de higiene e conforto pessoal
- Fornecimento de refeições respeitando as dietas com prescrição médica
- Colaboração na prestação de cuidados de saúde sob supervisão de pessoal especializado
- Realização de diligência no exterior, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade
- Higiene do meio ambiente estritamente necessária à natureza do apoio a prestar
- Lavagem e tratamento de roupas

O gráfico seguinte (Figura 6) apresenta a ocupação mensal dos utentes no Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Ao analisarmos as frequências mensais, constatamos que a ocupação máxima estabelecida no acordo de cooperação foi alcançada em todos os meses do ano de 2023. Esta constatação suscita a reflexão sobre a viabilidade de expandir a capacidade deste serviço.

Esta análise não só destaca o sucesso e a procura constante do SAD, mas também aponta para a importância de uma gestão estratégica que antecipe e responda eficazmente às necessidades da comunidade, assegurando a prestação de cuidados e apoio domiciliário de forma eficiente e abrangente.

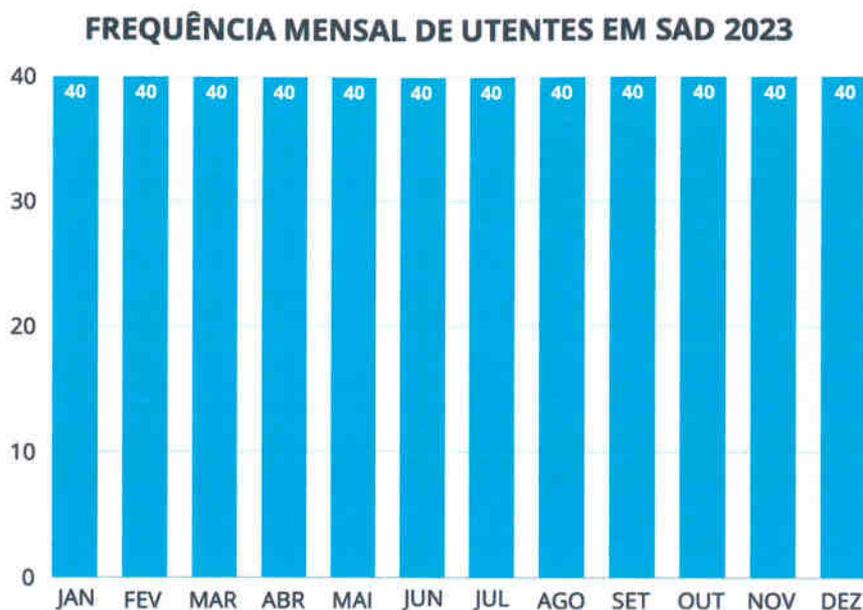


Figura 6 - Frequência de Utentes em SAD

3. CD (Centro de Dia)

O Centro de Dia é uma resposta social que consiste num conjunto de serviços que contribuem para o bem-estar dos utentes.

Tem como princípios orientadores potenciar as suas capacidades psíquicas, físicas, sociais e artísticas.

Partindo das suas capacidades e interesses, procura-se estimular, incutir rotinas e contribuir para o seu equilíbrio e felicidade mediante dinâmicas que previnam futuras incapacidades e limitações dos idosos.

O objetivo é possibilitar que os utentes possam ocupar os seus tempos livres, facilitando-lhes o acesso a novos interesses, dando-lhes a atenção necessária para que possam continuar no seu meio sociofamiliar, com qualidade de vida.

O Centro de Dia tem Acordo para 15 utentes, funciona 5 dias por semana e disponibiliza aos seus utentes os seguintes serviços:

- Alimentação
- Prestação de cuidados de higiene pessoal e conforto
- Tratamento de roupas
- Transporte
- Terapia Ocupacional
- Administração terapêutica
- Aquisição de bens no exterior
- Cabeleireira

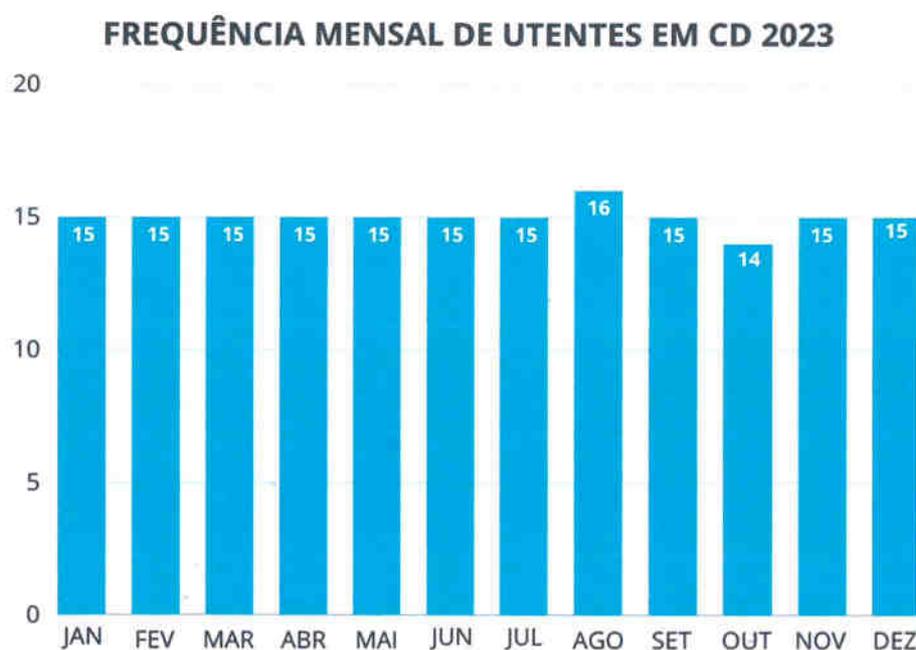


Figura 7 – Frequência Mensal de Utentes em Centro de Dia

A figura 7, exibe a ocupação mensal dos utentes no Centro de Dia (CD). Ao examinarmos as frequências mensais, verificamos que a ocupação máxima definida no acordo de cooperação foi praticamente atingida em todos os meses de 2023, à exceção do mês de outubro.

Nº DE REFEIÇÕES SERVIDAS EM CANTINA SOCIAL / VALORES COMPARTICIPADOS



Figura 8 - Número de Refeições servidas em Cantina Social e respetivos valores participados

4. CANTINA SOCIAL

Em 2023, a SCMA manteve o Protocolo de Colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar com o Instituto da Segurança Social. Este Protocolo tem como objetivo apoiar os grupos mais vulneráveis, ou seja, os grupos fragilizados socioeconomicamente, tendo contratualizado 40 refeições diárias.

Pela observação da Figura 8, podemos verificar que foram servidas um total de 11 653 refeições no ano de 2023. Recebemos em participações da Segurança Social o valor de 34 959,00€, sendo que o valor por utente para o ano em análise foi de 3,50€.

CONCLUSÃO

O Relatório de Atividades e as Contas da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete referente ao exercício de 2023 reflete o compromisso e a resiliência da Instituição face aos desafios inesperados. Neste cenário complexo, a Instituição manteve seu empenho na busca de soluções para mitigar os impactos nos custos e nas condições dos cidadãos.

A realização do ato eleitoral e a posterior homologação dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2024-2027 evidenciam o comprometimento com a transparência e legalidade, apesar dos contratemplos surgidos.

Destacam-se as iniciativas implementadas em diversos setores, abrangendo desde a reorganização dos serviços até a conceção de novos, o que evidencia a adaptabilidade e proatividade desta Instituição. Este esforço diversificado não só denota a capacidade de enfrentar desafios, mas também representa a incessante procura por aperfeiçoamentos e inovações, reiterando o compromisso da Instituição em alcançar a excelência nos serviços prestados à comunidade em que se insere.

A gestão do património, as intervenções nos edifícios e a conclusão das obras na Capela da Nossa Senhora da Vida mostram o cuidado com o legado histórico e o compromisso com o bem-estar dos residentes.

As valências como ERPI, SAD, CD e Cantina Social continuam a desempenhar um papel vital, com ocupações próximas da capacidade máxima, indicando a necessidade de considerar possíveis expansões.

Em suma, a Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, guiada pelo compromisso e determinação, enfrentou os desafios de 2023, mantendo sua Missão Nobre de servir os mais desfavorecidos.

Como Victor Hugo disse: "A misericórdia é o sol que resplandece na tormenta humana."

Este lema ressoa na persistência da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete em proporcionar auxílio e esperança, mesmo nas adversidades mais difíceis.

Demonstrações Financeiras 2023

Balança

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1 595 798,33	1 587 907,85
Propriedades de investimento	5	175 072,41	176 316,68
Outros activos financeiros	12.1	9 201,04	10 860,00
		1 780 071,78	1 775 084,53
Activo corrente			
Inventários	7	4 522,43	5 491,32
Clientes	12.2	1 746,00	1 338,00
Outras contas a receber	12.3	25 273,30	29 552,65
Diferimentos	12.4	10 451,29	7 373,29
Caixa e depósitos bancários	12.6	105 346,06	157 523,19
		147 339,08	201 278,45
Total do activo		1 927 410,86	1 976 362,98
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos	12.7	172 154,61	172 154,61
Resultados transitados	12.7	496 403,79	452 322,17
Outras variações no fundos patrimoniais	12.7	625 745,63	603 149,22
		1 294 304,03	1 227 626,00
Resultado líquido do período		6 279,31	44 081,62
Total do capital próprio		1 300 583,34	1 271 707,62
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	150 790,11	175 921,59
		150 790,11	175 921,59
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	65 504,97	42 521,42
Estado e outros entes públicos	12.9	45 306,57	42 911,07
Financiamentos obtidos	6	27 072,00	28 454,95
Outras contas a pagar	12.10	175 409,07	206 362,08
Diferimentos	12.5	162 744,80	208 484,25
		476 037,41	528 733,77
Total do passivo		626 827,52	704 655,36
Total do capital próprio e do passivo		1 927 410,86	1 976 362,98

A Provedora

Flávia Manuela de Oliveira Delgado Brêves

te e 56235
Luana Helena Rêgo

Demonstração dos Resultados por Naturezas

	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
			Vendas e serviços prestados	8
Subsídios à exploração	8; 9; 12.11	68.638,61	897.322,67	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-214.131,21	-255.243,11	
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-290.128,01	-243.260,83	
Gastos com o pessoal	10	-1.230.674,47	-1.160.126,41	
Outros rendimentos e ganhos	8; 12.13	139.767,07	129.348,48	
Outros gastos e perdas	12.14	-15.533,37	-6.860,27	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		52.930,99	75.350,29	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-36.968,83	-27.386,26	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.962,16	47.964,03	
Juros e gastos similares suportados	6; 12.15	-9.682,85	-3.882,41	
Resultado antes de impostos		6.279,31	44.081,62	
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		6.279,31	44.081,62	

A Provedora

Helena Vanessa de Oliveira Delgado Brito

J.O.E. 56235
Luiza Helena Alves

Demonstração dos Resultados por Valências

RENDIMENTOS E GASTOS	901 ERPI (Lar)	902 SAD	903 CENTRO DE DIA	904 CANTINA SOCIAL	PERÍODOS	
					2023	2022
Vendas e serviços prestados	1 237 794,37	253 713,52	69 403,77	34 080,71	1 594 992,37	714 169,76
Subsídios à exploração	41 183,16	20 591,58	5 491,09	1 372,78	68 638,61	897 322,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-148 560,82	-18 214,00	-16 392,60	-30 963,79	-214 131,21	-255 243,11
Fornecimentos e serviços externos	-199 422,71	-58 293,44	-21 005,38	-11 406,48	-290 128,01	-243 260,83
Gastos com o pessoal	-963 605,20	-186 206,42	-64 058,67	-16 804,18	-1 230 674,47	-1 160 126,41
Outros rendimentos e ganhos	98 743,82	30 925,55	8 078,17	2 019,53	139 767,07	129 348,48
Outros gastos e perdas	-11 739,16	-2 845,66	-758,84	-189,71	-15 533,37	-6 860,27
					0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	54 393,46	39 671,13	-19 242,46	-21 891,14	52 930,99	75 350,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-22 181,28	-11 090,66	-2 957,51	-739,38	-36 968,83	-27 386,26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	32 212,18	28 580,47	-22 199,97	-22 630,52	15 962,16	47 964,03
Juros e gastos similares suportados	-5 809,71	-2 904,86	-774,63	-193,65	-9 682,85	-3 882,41
Resultado antes de impostos	26 402,47	25 675,61	-22 974,60	-22 824,17	6 279,31	44 081,62
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período	26 402,47	25 675,61	-22 974,60	-22 824,17	6 279,31	44 081,62

A Paralela

Hesla Formada de Oliveira Delgado Botelho

1. e. e. 56235
Luísa Helena Felix

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercícios	
	2023	2022
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	1 592 723,41	792 248,30
Pagamentos a fornecedores	-392 507,14	-561 114,54
Pagamentos ao pessoal	-1 230 674,47	-1 160 126,41
Fluxo gerado pelas operações	-30 458,20	-928 992,65
Pagamentos / recebimentos imposto s/ rendimento		
Outros pagamentos / recebimentos relat. activ. operacionais	58 171,48	1 182 537,84
Fluxo de actividades operacionais [1]	27 713,28	253 545,19
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento		27 931,10
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-43 135,56	-139 248,47
Fluxo actividades de Investimento [2]	-43 135,56	-111 317,37
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Empréstimos obtidos	-27 072,00	-28 454,95
Juros e gastos similares	-9 682,85	-3 882,41
Fluxo actividades de Financiamento [3]	-36 754,85	-32 337,36
Variações de caixa e seus equivalentes [4]	-52 177,13	109 890,46
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes - Início do período	157 523,19	47 632,73
Caixa e seus equivalentes - fim do período	105 346,06	157 523,19

A Provençosa

Maria Manuela de Oliveira Delegado Boleiro

A e.e 56235

Luísa Helena Bulo

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCOCHETE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social registada em 23/07/2002 no livro 2 das Irmandades da Misericórdia, a fls. 105 e 105 verso sob o nº 1/2003, sendo considerada pessoa coletiva de utilidade de utilidade pública nos termos do art.º 1º, nº 1 do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-lei nº 119/83, de 25 de fevereiro.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcochete prossegue as atividades de Apoio Domiciliário desde 1995, Centro de Dia desde 1995 e Lar de Idosos desde 1982.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do Património Histórico e Cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, que sejam contabilizados pela primeira vez e que seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos Fundos Patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem

em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/Reduções de Justo Valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de Investimento em Desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de Valor das Propriedades de Investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

3.2.4. Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) sendo reconhecido como ativo financeiro o valor das entregas efetuadas, líquido dos reembolsos realizados pelo Fundo, devendo ser mensurado ao justo valor.

A valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT é reconhecida como rendimento quando é comunicada da sua vida útil.

3.2.5. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos os custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/

Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os

“Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As Pessoas Coletivas de Utilidade Pública Administrativa;
- b) As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades Anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As Pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao Diretor-Geral dos Impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a

Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, com exceção para os divulgados nas Notas respetivas do Anexo.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Descrição
Igreja da Misericórdia
Igreja da Senhora da Vida
Quadros " Os 14 Passos da Paixão de Cristo"

Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do Património, Histórico, Artístico e Cultural":

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2023
Igreja da Misericórdia	1 433,05					1 433,05
Igreja da Senhora da Vida	307 406,08					307 406,08
Quadros " Os 14 Passos da Paixão de Cristo"	7 722,30					7 722,30
Total	316 561,43					316 561,43

A Provedora
 Maria Manuela de Oliveira Delgado Boalheiro

A C.C. 56235
 Maria Helena Pulo

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Aquisições / Dotações/ Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2023
Activos Fixos Tangíveis						
Outros Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos Naturais	320 798,35					320 798,35
Edifícios e outras construções	1 038 195,13			102 953,34		1 141 148,47
Equipamento básico	316 533,61					316 533,61
Equipamento transporte	118 922,79					118 922,79
Equipamento administrativo	50 383,78					50 383,78
Outros activos tangíveis	21 023,41			36 957,49		57 980,90
Investimentos em curso	96 775,27	43 135,56		-139 910,83		0,00
Total	1 962 632,34	43 135,56	0,00	0,00	0,00	2 005 767,90
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos Naturais						
Edifícios e outras construções	-195 955,19	-25 637,18				-221 592,37
Equipamento básico	-317 013,09			479,48		-316 533,61
Equipamento transporte	-118 922,79					-118 922,79
Equipamento administrativo	-42 742,54	-4 819,89				-47 562,43
Outros activos tangíveis	-16 652,31	-5 267,49				-21 919,80
Total	-691 285,92	-35 724,56	0,00	479,48	0,00	-726 531,00
Activos Tangível Líquido	1 271 346,42	7 411,00	0,00	479,48	0,00	1 279 236,90

A Provedora

Flávia Manuela de Oliveira Delgado Brito

A.C.C. 56235

Luís Miguel de Sousa

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Aquisições / Dotações/ Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2022
Activos Fixos Tangíveis						
Outros Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos Naturais	320 798,35					320 798,35
Edifícios e outras construções	1 038 195,13					1 038 195,13
Equipamento básico	314 136,32	2 397,29				316 533,61
Equipamento transporte	118 922,79					118 922,79
Equipamento administrativo	37 922,65	12 461,13				50 383,78
Outros activos tangíveis	21 023,41					21 023,41
Investimentos em curso	340 411,21	121 121,06		-364 757,00		96 775,27
Total	2 191 409,86	135 979,48	0,00	-364 757,00	0,00	1 962 632,34
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos Naturais						
Edifícios e outras construções	-175 465,68	-20 489,51				-195 955,19
Equipamento básico	-330 982,04	13 968,95				-317 013,09
Equipamento transporte	-118 922,79					-118 922,79
Equipamento administrativo	-37 922,65	-4 819,89				-42 742,54
Outros activos tangíveis	-15 819,72	-832,59				-16 652,31
Total	-679 112,88	-12 173,04	0,00	0,00	0,00	-691 285,92
Activos Tangível Líquido	1 512 296,98	123 806,44	0,00	-364 757,00	0,00	1 271 346,42

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2022 e 2023, foram os seguintes:

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31/12/2023
Propriedade rústica	14 222,88					14 222,88
Marinhas	101 124,82					101 124,82
Hospital	15 885,77					15 885,77
Habitações	30 320,14					30 320,14
Monte da Bela Vista	50 657,14					50 657,14
Obra "Rua do Século"	62 213,25					62 213,25
Total	274 424,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274 424,00
Depreciações acumuladas						
Hospital	-15 885,77					-15 885,77
Habitações	-30 320,14					-30 320,14
Monte da Bela Vista	-50 657,14					-50 657,14
Obra "Rua do Século"	-1 244,27	-1 244,27				-2 488,54
Total	-98 107,32					-99 351,59
Activos Líquido	176 316,68	0,00	0,00	0,00	0,00	175 072,41

A Provedora

Thaís Franueta de Oliveira Delgado Bozeto

A C. C. 56235

Luísa Helena Pulo

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do justo Valor	Saldo em 31/12/2022
Propriedade de investimento						
Propriedade rústica	14 222,88					14 222,88
Marinhas	101 124,82					101 124,82
Hospital	15 885,77					15 885,77
Habitações	30 320,14					30 320,14
Monte da Bela Vista	50 657,14					50 657,14
Obra "Rua do Século"		62 213,25				62 213,25
Total	212 210,75	62 213,25	0,00	0,00	0,00	274 424,00
Depreciações acumuladas						
Hospital	-15 885,77					-15 885,77
Habitações	-30 320,14					-30 320,14
Monte da Bela Vista	-50 657,14					-50 657,14
Obra "Rua do Século"		-1 244,27				-1 244,27
Total	-96 863,05	-1 244,27	0,00	0,00	0,00	-98 107,32
Activos Líquido	115 347,70	60 968,98	0,00	0,00	0,00	176 316,68

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos Bancários	27 072,00	150 790,00	177 862,00	28 454,95	175 921,59	204 376,54
Total	27 072,00	150 790,00	177 862,00	28 454,95	175 921,59	204 376,54

Em 31 de Dezembro de 2023, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2023			2022		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	27 072,00	9 682,85	36 754,85	28 454,95	3 882,41	32 337,36
Total	27 072,00	9 682,85	36 754,85	28 454,95	3 882,41	32 337,36

A Provedora
 Maria Manuela de Oliveira Delgado Brito

Ac.c. 56235
 Maria Helena Lobo

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período				Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período		+	5 491,32	11 329,15
	Compras	Compras	+	165 494,10	171 744,97
		Devoluções de compras	-		
		Descontos e abatimentos em compras	-	(1 760,43)	(1 314,43)
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-	49 428,65	78 974,74
		Outros ganhos	+		5 641,19
	Inventários no fim do período		-	4 522,43	5 491,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				=	214 131,21 255 243,11

A Provedora

Luísa Manuela de Oliveira Delgado Boieiro

A C.C. 56235

Luísa Manuela de Oliveira

8. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviços	1 594 992,37	714 169,76
Quotas dos utilizadores	775 417,41	713 460,10
Acordos de Cooperação	817 305,74	
Quotas e Joias	2 269,22	709,66
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	68 638,61	897 322,67
Subsídios do Estado e Outras Entidades	14 402,46	724 932,85
Legados	54 236,15	172 389,82
Outros Rendimentos e Ganhos	139 767,07	129 348,48
Descontos de Pronto Pagamentos Obtidos		133,18
Ganhos em Inventários	1 024,37	27 689,20
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	82 296,18	78 078,54
Outros	56 446,52	23 447,56
Total	1 803 398,05	1 740 840,91

Em 2023 alterou-se a forma de registo das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

- Se o Pagamento da Comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao Pagamento da Mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma Prestação de Serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;
- Se o Pagamento da Comparticipação Mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um Subsídio à Exploração (Conta 75).

(Aprovado pelo CNCE em 24 de novembro de 2023)

A Provedora
 Luísa Manuela de Oliveira Delgado Boieiro

A C. C. 56235
 Luciana Helena Sousa

9. Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos":

Descrição	2023	2022
CRSSLVT		713 224,96
Autarquias	14 402,46	4 819,89
Freguesia de Alcochete		6 888,00
Total	14 402,46	724 932,85

O Subsídio da Autarquia de Alcochete diz respeito á imputação anual do ganho associado ao incentivo, de forma a balanceá-lo com o gasto relacionado (depreciação ou amortização).

10. Benefícios dos Empregados

Os Órgãos Diretivos / Sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com o Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao Pessoal	1 025 112,67	918 831,15
Encargos Sobre Remunerações	186 521,83	215 666,94
Seguros Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12 350,02	22 616,32
Outros Gastos com o Pessoal	6 689,95	3 012,00
Total	1 230 674,47	1 160 126,41

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Provedora
 Maria Manuela de Oliveira D'Agado Borreio

A e.e. 56235
 Maria Helena Rulo

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros” referentes aos Fundos de Compensação.

Descrição	2023	2022
Outros métodos	9 201,04	10 860,00
Total	9 201,04	10 860,00

12.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c	1 746,00	1 338,00
Clientes	0,00	0,00
Utentes	1 746,00	1 338,00
Clientes e Utentes títulos cobrança duvidosa	25 901,66	25 901,66
Clientes	3 607,48	3 607,48
Utentes	22 294,18	22 294,18
Perdas por imparidade acumuladas	-25 901,66	-25 901,66
Total	1 746,00	1 338,00

12.3. Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica “Outras Contas a Receber” regista os valores entregues pelos utentes estando á guarda da Instituição:

Descrição	2023	2022
Conta dos utentes	25 273,30	29 552,65
Total	25 273,30	29 552,65

A Provedora

Luísa Manuela de Oliveira Delgado Botelho

A e.e. 56235

Luísa Helena Pinto

12.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer	10 451,29	7 373,29
Seguros	5 023,64	7 373,29
Outros gastos	5 427,65	
Rendimentos a reconhecer	162 744,80	208 484,25
Rendas	8 518,78	1 518,78
Outros Rendimentos a reconhecer	154 226,02	206 965,47

A rubrica "Outros Rendimentos a reconhecer" regista:

- Verbas recebidas em 2023, mas referentes ao exercício de 2024 - 23 448,37€;
- Valor do apoio da Autarquia de Alcochete após a imputação anual (2022 e 2023) do ganho associado ao incentivo, de forma a balanceá-lo com o gasto relacionado (depreciação ou amortização).

12.5. Adiantamento a Fornecedores

Não aplicável

12.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2023.

Descrição	2023	2022
Caixa	10 254,64	816,96
Depósitos à Ordem	95 091,42	156 706,23
Total	105 346,06	157 523,19

A Provedora

Teresa Manuela de Oliveira Delgado Boavista

A.C.E. 56235
Luciana Helena Duto

12.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2023
Fundos	172 154,61			172 154,61
Resultados transitados	452 322,17	44 081,62		496 403,79
Outras variações nos fundos patrimoniais	603 149,22	25 396,41	2 800,00	625 745,63
Total	1 227 626,00	69 478,03	2 800,00	1 294 304,03

12.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	65 504,97	42 521,42
Total	65 504,97	42 521,42

12.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	556,60	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	5 493,70	4 342,33
Segurança Social	39 256,27	37 943,22
Outras impostos e taxas		625,52
Total	45 306,57	42 911,07

12.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras Contas a Pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações		1 904,75		2 244,13
Credores por acréscimos de gastos (Remunerações a liquidar)		161 812,68		166 879,46
Outros credores		11 691,64		37 238,49
Total	-	175 409,07	-	206 362,08

A Provedora
 Maria Manuela de Oliveira Delgado Boavista

A E. E. 58235
 Maria Helena Puro

12.11. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2023, os seguintes Subsídios, Doações, Heranças e Legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios de outras entidades	14 402,46	724 932,85
Legados	54 236,15	172 389,82
Total	68 638,61	897 322,67

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 foram as seguintes:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	75 624,12	58 530,23
Materiais	135 277,40	67 917,34
Energia e fluidos	63 514,38	102 558,29
Deslocações, estadas e transportes	4 191,36	3 791,65
Serviços diversos	11 520,75	10 463,32
Total	290 128,01	243 260,83

12.13. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Descontos de pronto pagamento obtidos		133,18
Ganhos em inventários	1 024,37	27 689,20
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	82 296,18	78 078,54
Outros		
Correcções de períodos anteriores	3 799,92	
Imputação de subsídios para investimentos	2 800,00	2 800,00
Ganhos em outros instrumentos financeiros	40,04	40,04
Reembolsos (IRS, despesas por conta dos utentes)	48 559,56	6 214,36
Outros	1 247,00	14 393,16
Total	139 767,07	129 348,48

12.14. Outros Gastos e Perdas

A rubrica de "Outros Gastos e Perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	200,00	207,00
Correcções de anos anteriores	13 143,70	5 942,02
Quotizações	660,00	660,00
Outros - Multas e Penalidades	1 530,00	51,25
Total	15 533,70	6 860,27

12.15. Resultados Financeiros

A rubrica de "Juros suportados" regista os juros dos empréstimos bancários a decorrer:

Descrição	2023	2022
Juros suportados		
Juros de financ.obtidos - Empréstimos bancários	9 682,85	3 882,41
Total	9 682,85	3 882,41

12.16. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Não aplicável

12.17. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Alcochete de 5 de março de 2024

A Provedora

Maria Manuela de Oliveira Delgado Brisco

A Contabilista Certificada

Maria Helena Lobo

TOC n.º56235



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, vem este Conselho Fiscal dar parecer sobre as Contas do Exercício referentes ao ano 2023, apresentadas pela Mesa Administrativa.

Para tal, foi analisada informação financeira respeitante ao exercício de 2023, fornecida pela Mesa Administrativa, com os respetivos elementos contabilísticos, os quais refletem a realidade desta Instituição.

Da análise dos documentos, o Conselho Fiscal verificou o total de rendimentos e gastos do exercício, rendimentos no valor de 1 803 398,05€ e gastos no valor de 1 797 118,74€, sendo o Resultado Líquido positivo no montante de 6.279.31€.

O Balanço apresenta um total de 1 927 410,86€, apresentando nas grandes rubricas os seguintes valores:

Ativo não corrente – 1 780 071,78€

Ativo corrente – 147 339,08€

Fundos patrimoniais/ Capital próprio – 1 300 583,34€

Passivo não corrente - 150 790,11€

Passivo corrente - 476 037,41€

Para além das questões financeiras, o Conselho Fiscal gostaria de dar relevo à clarificação e transparência dos dados contabilísticos apresentados pela Mesa Administrativa.

Assim, o Conselho Fiscal, emite um parecer favorável às Contas do Exercício de 2023.

Alcochete, 21 de março de 2024

O Conselho Fiscal da SCMA

Presidente – 

Vice-Presidente – 

Secretário - 